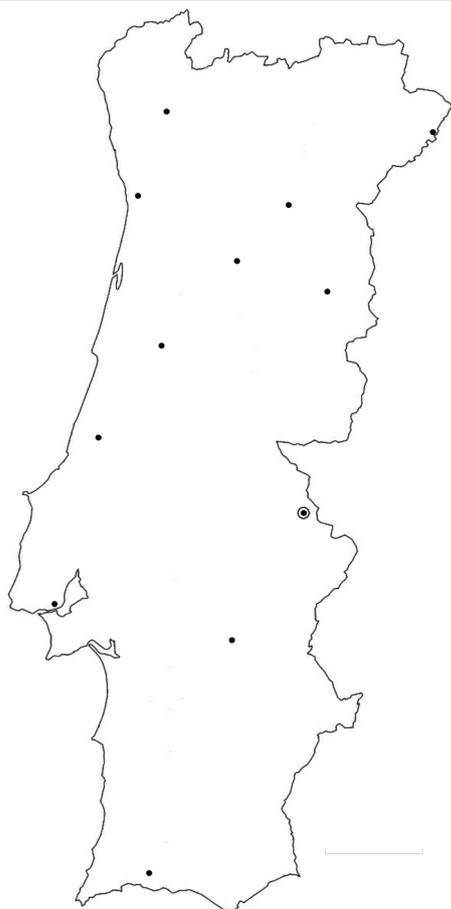


Capítulo 3
Sé de Portalegre



1. Mapa da distribuição das dioceses medievais em Portugal continental.

3.1 - HISTÓRIA

Portalegre é a última diocese a ser criada (1549) mas apresenta-se como aquela que teve um processo de construção da sua catedral menos atribulado, mais contínuo, devido provavelmente ao empenho e decisão do seu primeiro bispo, D. Julião de Alva (em Portalegre, 1549-1560), e às boas relações que este mantinha com D. João III. Enquanto em Miranda se assiste a um longo processo que antecedeu a construção, neste caso as maiores dificuldades vieram com a própria fundação diocesana.

Em 1548, D. Jorge de Melo (b. 1519-1548), bispo da diocese da Guarda, morre em Portalegre, onde vivera durante o seu prelado porquanto governava à distância. Aproveitando a morte e o lugar deixado vago pelo bispo que em vida tinha mesmo favorecido o desmembramento de Portalegre da diocese da Guarda, o monarca escreve a Baltazar Faria, em Março de 1549, incumbindo-lhe a missão de pedir a Paulo III que criasse a diocese de Portalegre, separando da jurisdição de Guarda todas as povoações a sul do Tejo¹¹⁵.

A proposta não foi aceite de imediato. Paulo III mostrava-se reticente em atribuir a autonomia devido ao problema dos rendimentos da diocese, à recusa do direito de apresentação do rei, por parte da cúria romana, e por fim, ao facto de não existir catedral para o culto. Mas mais uma vez é possível notar a grande devoção e empenho do rei, que de imediato manda que se procure a mais apta igreja da vila para Sé, anexando a ela as rendas possíveis. Simultaneamente, fundamenta perante a Santa Sé a criação da diocese com razões de ordem social, religiosa e económica. Alega ser Portalegre uma vila viçosa e abastada de mantimentos, podendo fazer-se cidade pela grandeza e nobreza. Era à época um lugar seguro, cercado, com castelo e igrejas paroquiais, com bastante clero, fidalgos, cavaleiros e gente honrada.

Invocando estas considerações aliadas à extensão da diocese da Guarda, e seus difíceis acessos, Paulo III, através da Bula de 21 de Agosto de 1549¹¹⁶, acede por fim ao pedido régio erigindo também Portalegre em cidade e nomeando D. Julião de Alva para seu bispo. Apesar disso, e com a morte do Papa em Novembro de 1549, esta decisão só foi concretizada

115 Foi D. Julião de Alva, confessor de D. Catarina que sugeriu que o bispado fosse dividido em dois. A rainha por sua vez dá conhecimento a D. João III, que concorda e como modo de agradecer os trabalhos do castelhano, pensa desde logo nele para bispo.

116 ALMEIDA, Fortunato de – *História da igreja em Portugal*. Porto, 1968, Vol. 4, p. 233. Na Bula, Paulo III menciona as razões do rei, dizendo que “a diocese da Guarda é muito extensa, larga e dispersa, e há nela muitas povoações e lugares afastadíssimos da cidade e igreja da Guarda, e alguns deles montanhosos e frios e de difícil acesso sobretudo no tempo de Inverno por causa dos muitos rios, e porque o Tejo corre através dessa diocese; e por isso o bispo da Guarda não pode visitar, como seria da sua obrigação, toda a diocese, nem exercer todos os anos os outros deveres pontificais, nem conhecer pessoalmente, como convém, os seus diocesanos, resultando de aí certa confusão na administração eclesiástica e descontentamento e perigo para as almas.”

no ano seguinte através do Breve *Dudum felicis recordationis* de 2 de Abril de 1550, lançado por Júlio III (1550-1555), que determinou a execução da bula do seu antecessor.

A igreja eleita para catedral foi a de Santa Maria do Castelo, construção gótica com início estimado nos finais do século XIII, que teve de sofrer algumas obras de melhoramento no sentido de acolher o culto diocesano. Contudo, segundo Pinho Leal¹¹⁷, a antiga igreja ameaçava ruína, tornando-se urgente a sua desocupação. Para além disso, o espaço reduzido e as condições precárias tornavam-na incapaz de acolher determinados actos litúrgicos, sendo mesmo necessária a construção de uma nova catedral, tal como exigiam Papa e rei.

Sobre todo o processo de discussão do projecto de Portalegre não existe publicada documentação antiga com o cariz de proximidade que revelaram as correspondências régias dos bispos de Miranda do Douro e Leiria, o que de algum modo limita a interpretação deste caso¹¹⁸. Comprovada a regularidade dos trabalhos e a coerência da construção que chegou ao presente, seria importante nova informação para averiguar os motivos que, em pouco tempo, levaram à introdução de alguns elementos distintos dos das restantes catedrais, e que de algum modo parecem ter gerado consenso entre os personagens envolvidos.

Também relativamente à autoria da Sé de Portalegre se verifica um quadro de ausência de documentação. Por associação à obra de Leiria, autores como Kubler atribuem a formulação da planta a Afonso Álvares¹¹⁹, que trabalhou parte da sua carreira nas igrejas salão alentejanas. Efectivamente, em 1570 é nomeado Mestre-de-obras da Comarca do Alentejo pelo rei, mas nunca chegou a ocupar o cargo maior no que respeita às construções do reino. De formação essencialmente empírica (não aprendera nos valores clássicos como fez mais tarde o seu sobrinho Baltasar Álvares), pairavam algumas dúvidas sobre o seu trabalho, expostas numa carta do padre Miguel Torres “que dele dizia em 1569 que «*no es hombre que me parece tenga experiencia de los edificios antiguos ny de los de fuera del Reyno...*”¹²⁰

Para Álvaro Duarte de Almeida a Sé de Portalegre atribui-se ao arquitecto régio

117 LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias*. Lisboa, 1875, Vol. 6, p. 212.

118 Os mais importantes escritos desta categoria disponíveis são a documentação referente ao Cabido da Sé de Portalegre, publicada por Anacleto Martins (MARTINS, Anacleto Pires da Silva – *O cabido da Sé de Portalegre: achegas para a sua história*, Portalegre, 1997) e o relato da cidade de Sotto Maior, datado de 1619 (SOTTO MAIOR, Diogo Pereira – *Tratado da cidade de Portalegre*. Lisboa, 1984).

119 Afonso Álvares apresenta uma grande relação com o território a sul do Tejo, tendo sido nomeado, em 1570, mestre de obras do cano da Água da Prata da cidade de Évora e mestre das obras reais da comarca do Alentejo, cargos vagos pela morte de Manuel Pires.

120 MOREIRA, Rafael – “Arquitectura: Renascimento e Classicismo, a Resistência Nacional e o Problema do Estilo Chão”. In PEREIRA, Paulo, ed. – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa, 1995, Vol. II, p. 361.



2. "PORTALEGRE SITIADA RENDIDA POR EL REY. N. S. EN 8 DE JUNIO EN 1704". Coleção de gravuras de Nicolau de Fer. (Serviço Geográfico Cadastral de Madrid) (também existe no Arquivo Histórico Militar de Lisboa) Servicios Geográficos del Ejército Madrid

Afonso Álvares, “embora seja possível considerar a intervenção de outro mestre de meados de Quinhentos, Miguel de Arruda”¹²¹. Existem ainda registos de dois mestres-de-obras que trabalharam na construção, sendo Gaspar Mendes (1556-1558) e João Vaz (1570-1571).

A catedral de Portalegre não terá comportado alterações de grande relevância na sua estrutura, em relação à planta original, no entanto surgiram mudanças decorativas e acrescentos, ao longo dos séculos, mandados executar por D. Álvaro de Castro Noronha (1737) e D. Manuel Tavares Coutinho e Silva (1798). Já no que concerne à fachada, após o terramoto esta sofreu uma remodelação barroca dos seus vãos.

Apesar da posição geográfica de fronteira e das várias invasões que sofreu a cidade, desde logo durante a guerra da Sucessão espanhola (1704), a “guerra das Laranjas” (1801) e a incursão francesa (1808), o monumento parece não ter sido muito afectado na sua arquitectura.

Além disso, terá gozado também de alguma serenidade no que à administração diocesana diz respeito, bem como da devoção dos bispos. Contrariamente ao que se passou em Miranda do Douro e Leiria, temporariamente anuladas, em Portalegre nunca se decretou a extinção do bispado. No entanto, a 30 de Setembro de 1881, a diocese integrou os territórios referentes à sua congénere de Castelo Branco¹²², por dificuldades económicas desta última, tendo recebido em 18 de Julho de 1956 a designação de Diocese de Portalegre – Castelo Branco, que se mantém até hoje.

121 ALMEIDA, Álvaro Duarte de – *Portugal património: guia-inventário*. Lisboa, 2008, Vol 8, p. 105.

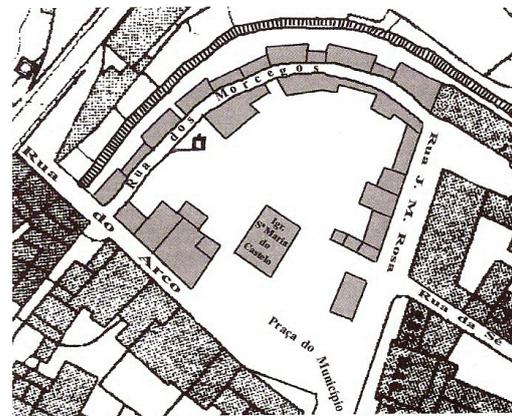
122 A antiga diocese de Castelo Branco foi criada a 7 de Junho de 1771, por Clemente XIV, no reinado de D. José, logo após a carta régia de elevação a cidade (15-04-1771). Foi extinta sob o pontificado do papa Leão XIII, a 30 de Setembro de 1881, data à qual se extinguiu ainda a antiga diocese de Elvas, criada em 09-08-1570, e que cedeu também algumas áreas ao bispado de Portalegre.



3. Cidade de Portalegre à distância



4. Vista aérea da Sé de Portalegre, com o seu claustro



5. Hipotética localização da antiga igreja de Santa Maria do Castelo (Heitor Patrão)



6. Malha urbana de Portalegre na actualidade (esc. 1/5000).
Departamento de Urbanismo e Obras Municipais - CMP

3.2 - ARQUITECTURA

Implantação Urbana

A igreja portalegrense, tal com a de Miranda do Douro, ganha grande importância pela sua implantação numa das mais altas cotas, avistando-se à distância e sendo referência incontornável dentro da cerca medieval. Situada perto do Paço do município, está encostada à muralha a sul e poente, tendo-se construído o palácio episcopal adossado no lado norte. Os edifícios dos Paços do concelho, instituto politécnico de Portalegre e museu municipal completam actualmente o espaço envolvente do adro da Sé.

Segundo um esquema elaborado por Heitor Patrão¹²³, antes da construção da sé, existiria uma rua, a dos Morcegos, que acompanhava o traçado da muralha, originava casario e a par da igreja de Santa Maria, definia o centro da vila. Planeando erguer o edifício junto a igreja de Santa Maria do Castelo, sítio mais central e elevado, procedeu-se à compra de casas e terrenos de modo a ampliar o espaço do adro. Para isso, todo o casario da Rua dos Morcegos foi demolido.

O lugar onde se situava a temporária Sé – a praça da cidade na qual morava a gente nobre e honrada, era o melhor e mais digno, convergindo para aí todas as partes da urbe. No espaço do largo concentrava-se a sociedade mais qualificada e lugar de culto mais importante. Era o centro, no verdadeiro sentido, de onde nasciam ruas em leque para as portas principais (Devesa, Alegrete, Évora e Crato). Além disso, seria despojado o suficiente para se executarem as obras do novo templo.

A escolha do sítio foi bastante cuidada e demonstra a importância atribuída à construção e poder religiosos na segunda metade do século XVI. Para este ponto confluíam as ruas que atravessavam o centro histórico a partir das portas principais (Devesa, Alegrete, Évora e Crato). O mesmo é dizer que todos os caminhos conduziam à fé, aspecto que certamente não escapou à visão de D. Julião e que vai de encontro aos intuitos reformadores e de reconversão dos fiéis que se pretendiam à época.

A rua direita, que partia da Porta da Devesa, ligava o Rossio do Espírito Santo à Catedral, mas este acesso principal ocorre lateralmente e não a eixo da Sé, diferindo do caso leiriense, o que se deverá presumivelmente à adaptação do projecto ao local. A orientação da nova catedral a poente terá ocorrido de modo a que o adro se tornasse maior, permitindo

123 PATRÃO, José Dias Heitor – *Portalegre, fundação da cidade e do bispado: levantamento e progresso da catedral*. Lisboa, 2002, p. 23.

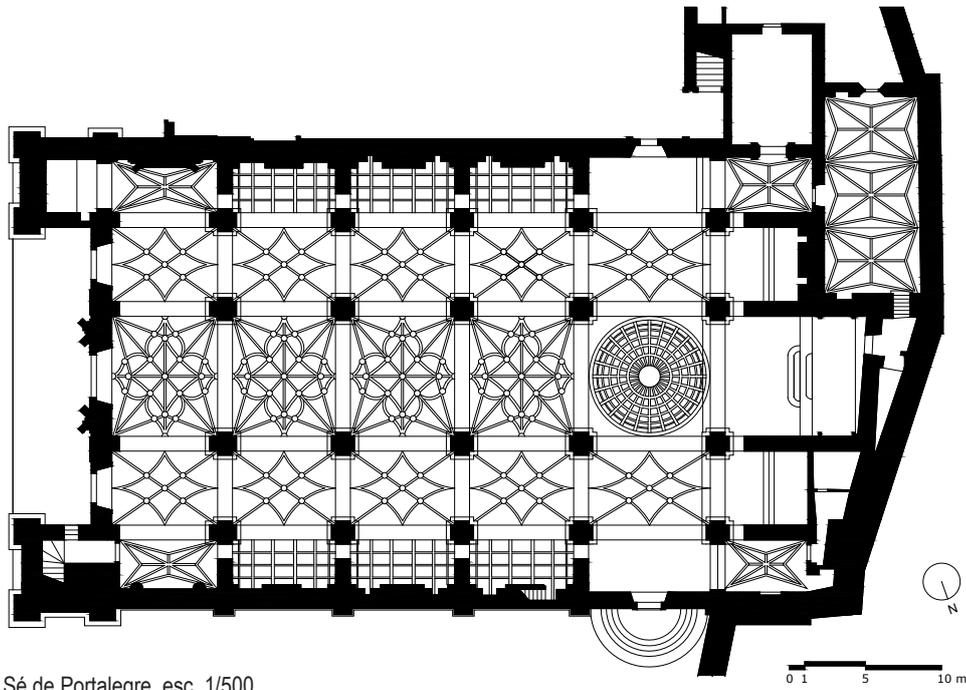
também manter em funcionamento por mais tempo a igreja antiga, possivelmente localizada à direita do largo da Sé, enquanto decorressem os trabalhos.

A partir de 1553, D. João III emite vários alvarás que facilitam o avanço rápido das obras e colocam à disposição de D. Julião uma série de benesses relacionadas com os pagamentos, trabalhadores, materiais e seu transporte, tudo para que o bispo tivesse “serviços, oficiais e servidores necessários”¹²⁴.

Assim, no dia 14 de Maio de 1556 seria colocada a primeira pedra da obra da catedral de Portalegre, junto da igreja de Santa Maria do Castelo¹²⁵. Uma vez construída, sem inauguração solene de que haja conhecimento, a Sé foi dedicada a Nossa Senhora da Assunção, mas a sua sagração ou dedicação só é feita a 6 de Maio de 1926, por D. Domingos Maria de Frutuoso.

124 *Ibidem*, p. 61 e sgs.

125 *Ibidem*, p. 60.



8. Planta da Sé de Portalegre, esc. 1/500



9. Nave central da Sé de Portalegre



10. Nave central da Sé de Portalegre, vista para a entrada



11. Nave lateral da Sé de Portalegre



12. Vista do transepto



13. Capelas laterais intercomunicantes

Planta e espaço interior

“Chama-se este santo templo Nossa Senhora da Assunção e, antes que fosse sé, se chamava Santa Maria do Castelo. Não é muito alto, e ficou assi na altura que tem por causa dos ventos, que está situado no mais alto da cidade, com as três portas principais pera o oriente, e ficam com o andar da praça que não faz pequena magestade.”¹²⁶

A Sé de Portalegre apresenta distintos aspectos em relação ao esquema das outras duas catedrais suas contemporâneas, tanto a nível interior como exterior. O ritmo mais regular dos trabalhos fez com que o atraso de apenas ter sido elevada a diocese em finais de 1549 fosse colmatado. Na realidade, grande parte da sua arquitectura estava pronta em meados da década de 70, ao mesmo tempo que se telhava a igreja leiriense. Segundo Patrão, documentos da *Fábrica da Sé de Portalegre* dão conta de um estaleiro composto por mestres regionais, onde trabalharam Gaspar Mendes, à frente da obra desde 1556, e seu genro João Vaz, que o sucedeu na década de 70¹²⁷.

No que diz respeito à planta, o interior da catedral de Portalegre apresenta quatro tramos até ao transepto, organizados numa planta cruciforme em que as três capelas da cabeceira surgem no enfiamento das três naves cobertas a igual altura por uma abóbada de perfil achatado. O suporte da cobertura é realizado por pilares cruciformes de escala intermédia entre os que figuram em Miranda do Douro e os da Sé leiriense.

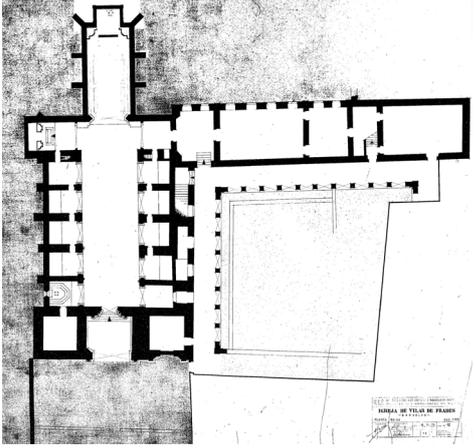
Destaca-se de imediato a maior complexidade da planta portalegrense, conferida pela introdução de “duas naves” que não são mais do que capelas laterais intercomunicantes, dispostas ao longo do corpo, em número total de oito. As capelas situadas nos extremos vinculados à fachada dão acesso às torres e coro alto, do lado da epístola, e à capela baptismal, do lado do evangelho.

Embora novidade em espaços episcopais, a introdução de capelas laterais na arquitectura portuguesa remonta aos exemplos de S. Francisco de Évora (1480-1510) ou da Igreja do Mosteiro de Vilar de Frades (de reedificação quincentista), que Varela Gomes refere como a primeira com nave única e capelas laterais intercomunicantes¹²⁸, antecipando

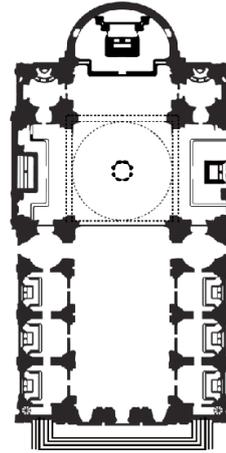
126 SOTTO MAIOR, Diogo Pereira – *Tratado da cidade de Portalegre*. Lisboa, 1984, p. 62. Livro escrito em 1619 e publicado pela primeira vez por Luís Keil, em 1919.

127 PATRÃO, José Dias Heitor – *Op. cit.*, p. 63 e sgs.

128 GOMES, Paulo Varela – *In Choro Clerum: o coro nas sés portuguesas dos séculos XV e XVI*. Porto, 2001.



14. Igreja do Mosteiro de Vilar de Frades (IHRU)



15. Igreja de Gesù (1568), em Roma. Vignola



16. Aberturas entre as capelas laterais



17. Coro alto



18. Coro alto sobre o tramo da entrada principal



19. Capela-mor da Sé de Portalegre

aspectos da planta que as igrejas jesuítas em Portugal adoptaram mais tarde, antes¹²⁹ e após o conhecimento do modelo do templo romano de Gesù (1568), de Vignola. A maior diferença do caso de Portalegre relativamente aos antecedentes nacionais reflecte-se no facto da Sé ter não uma mas três naves.

As capelas laterais intercomunicantes de Portalegre são o suporte de altares e decorrem no alinhamento das torres, fazendo do transepto um elemento incluso, por oposição aos salientes das catedrais de Leiria e Miranda. A vantagem da introdução destas capelas no espaço litúrgico reside no facto de se libertar a nave alinhada com a capela colateral do lado da epístola, a do Santíssimo Sacramento (que ganha um culto renovado com o concílio tridentino), de pessoas em devoções privadas.

Outra característica susceptível de ser considerada tridentina verifica-se no momento de entrada, coberto de coro alto em toda a extensão do edifício, que terá sido construído de origem em finais de 1571. Este elemento, no caso de Portalegre assenta em arcos abatidos que formam uma abóbada de perfil muito baixo e de grande requinte de desenho, situação diferente da constatada em Miranda onde os arcos são de volta perfeita, elevando bastante o coro.

A cabeceira em Portalegre é composta por capela-mor e duas capelas laterais (estas últimas acabadas em 1571), cobertas de abóbada de berço, existindo ainda compartimentos comunicantes nos enfiamentos do transepto – o do lado da epístola, encerrado, funciona como sacristia. A capela-mor, desde o início serviria também de “coro aos domingos e dias santos, quando há-de haver procissão ou pregação, ou quando o prelado se há-de achar presente à missa”¹³⁰, remetendo assim para um sistema de dois coros¹³¹.

O mau dimensionamento do projecto, que deveria contar com a necessidade de manter em funcionamento a igreja de Santa Maria do Castelo enquanto a nova Sé não estivesse pronta, terá conduzido a ajustes na obra, ficando a testeira da capela-mor enviesada. A capela-mor terá sido das últimas fracções a ser completamente construídas, sendo fechada em 1570-1571. Este facto pode ser explicado pela presença próxima da cúpula, cujo estaleiro das obras instalado no cruzeiro poderia vedar a visibilidade à ábside mor, tornando escusada a sua conclusão na fase inicial da obra.

A cobertura do corpo da igreja é feita através de abobadas nervuradas de desenho

129 As igrejas do Colégio do Espírito Santo de Évora (1566) e de S. Roque em Lisboa (1565), anteriores à obra romana (apenas terminada em 1584) e ao modelo português jesuíta, apresentam já capelas laterais intercomunicantes.

130 SOTTO MAIOR, Diogo Pereira – *Tratado da cidade de Portalegre*. Lisboa, 1984, p. 62.

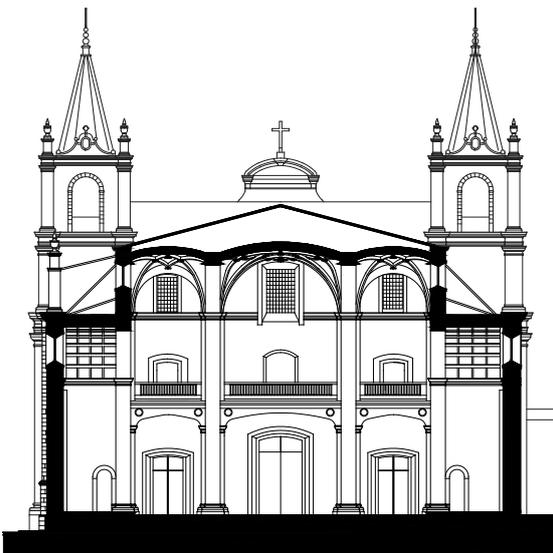
131 Sobre trabalhos posteriores na capela-mor, sabe-se que os janelões, tribunas e tecto da capela-mor sofreriam alterações em 1619 e 1766. Relativamente ao retábulo-mor, com pinturas de Simão Rodrigues, estaria colocado no princípio do século XVII.



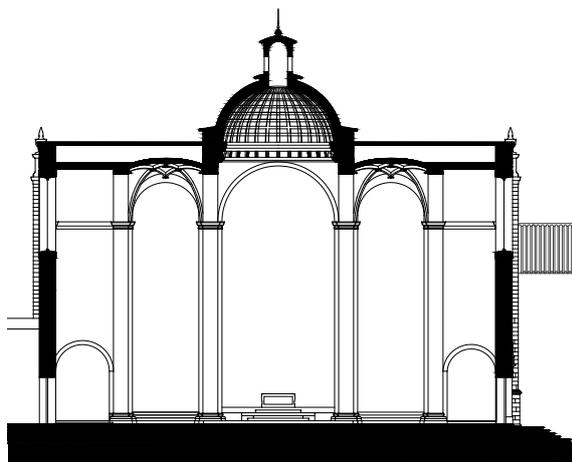
20. Vista geral da cobertura do corpo das naves



21. Módulo da abóbada de nervuras nos tramos da nave central



22. Corte transversal pelo corpo das naves, no sentido da entrada (esc. 1/500)



23. Corte transversal pelo transepto, no sentido da capela-mor (esc. 1/500)



24. Cúpula hemisférica sobre o cruzeiro e sua relação com os tramos envolventes da Sé de Portalegre.



25. Cúpula vista pelo exterior.

mais elaborado na nave principal através da introdução de combados. As nervuras são de secção quadrada e apresentam molduras em cada aresta da face, produzindo uma impressão de delicadeza oposta à austeridade descomprometida dos mesmos elementos da Sé de Leiria ou Miranda.

O fecho da abóbada fez-se em Maio/Junho de 1571, sendo que nesse ano se registaram a compra de ladrilhos e telhas, o que pressupõe que as estruturas principais estariam construídas¹³². É provável que a catedral já estivesse apta ao serviço pastoral, até porque a antiga igreja de Santa Maria do Castelo terá sido derrubada em 1572¹³³. Mais atrasadas estariam as obras das capelas laterais intercomunicantes, cobertas de abobadas de berço ornadas de caixotões, cada qual com diferente desenho, enriquecendo o conjunto.

A iluminação do interior da catedral é bastante eficaz e bem distribuída, fazendo-se através das janelas da fachada e transepto, óculos dispostos nas capelas laterais e acima destas directamente para as naves, cúpula sobre o cruzeiro e janelas presentes na cabeceira.

No encontro da nave principal com o transepto desenha-se uma cúpula hemisférica de caixotões, sem tambor, terminando em óculo com lanternim. Possivelmente datada da década de 1570, torna o sistema de cobertura deste espaço distinto do das naves e do que acontece nos outros dois templos joaninos. Em Portugal, é mesmo a primeira vez que o espaço cruzeiro numa Sé é coberto de cúpula.

Apesar de conjugada com um interior marcado fortemente pela cobertura tardo-gótica, a presença da cúpula, considerada por Carlos Borromeu “um signo paleo-cristão”¹³⁴, é mais um dos elementos que contribuem para a individualização do projecto de Portalegre, sendo uma clara influência renascentista. Para além de prender o olhar do observador, a cúpula cria um efeito cénico que ambiciona deslocar para a frente da capela-mor o cerimonial até então ao seu interior remetido. Provavelmente nessa linha de pensamento surge, de construção posterior, a teia em mármore que avança para o transepto, permitindo que o coro restrito ao santuário esteja bem acomodado, e favorecendo a visibilidade do culto.¹³⁵

132 PATRÃO, José Dias Heitor – *Op. cit.*, p. 67.

133 *Ibidem*, p. 69.

134 GOMES, Paulo Varela – *In Choro Clerum: o coro nas sés portuguesas dos séculos XV e XVI*. Porto, 2001.

135 Outra possível explicação para o uso da cúpula pode ser a necessidade de iluminação. Embora a sul, a forte insolação amenizasse os problemas de luz das hallenkirchen – geralmente bastando a abertura de janelas nas paredes laterais, o facto de não existir o chamado “corte basilical”, em que a elevação da nave central permitia a entrada de luz directa, poderá ter levado o arquitecto a utilizar a cúpula também como modo de aumentar a luminosidade no interior do templo.



26. "Sé de Portalegre", J. Larcher, 1840.



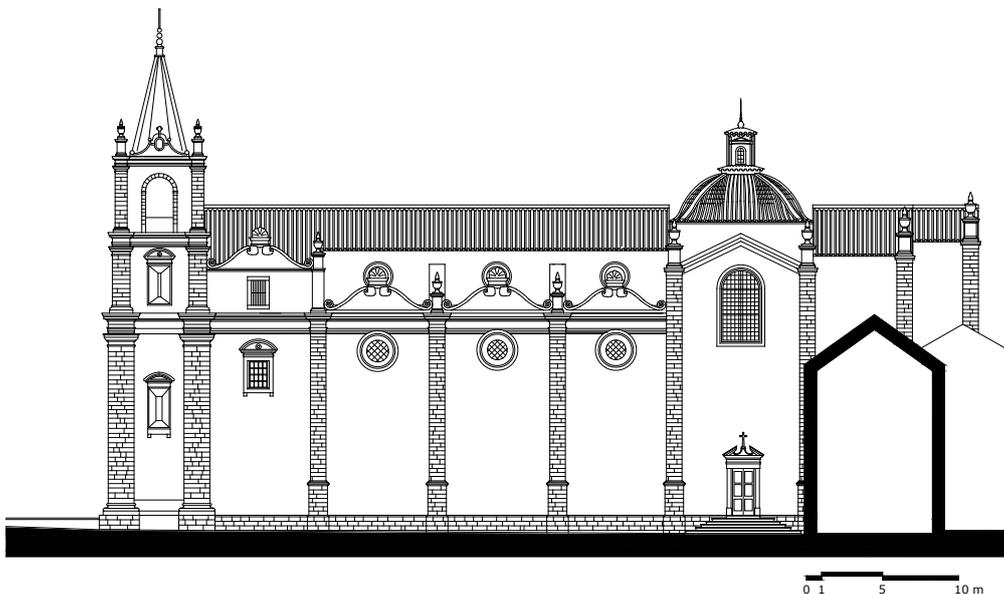
27. Vista da saliência das torres.



28. Fachada da Sé de Portalegre. As torres telescópicas acentuam o efeito perspéctico e conseqüentemente a verticalidade do conjunto da fachada.



29. Alçado lateral da Sé de Portalegre.



30. Levantamento do alçado lateral da Sé de Portalegre (esc. 1/500).

Espaço exterior

A fachada da catedral de Portalegre é provavelmente um dos motivos que maior interesse tem vindo a despertar entre os investigadores desta época. Respeitando a máxima de que uma Sé deve ter torres, tenta resolver o problema do alçado de um modo mais desenhado, apresentando uma maior delicadeza em relação às restantes sés. O requinte de desenho faz com que os contrafortes, que surgiam em Leiria com uma imagem pesada, aqui se assemelhem mais a pilastras. Continua a ser uma fachada chã, em que o espaço interior se reflecte nos alçados, e de uma austeridade que a aproxima das construções militares, mas o desenho confere-lhe uma menor rudeza.

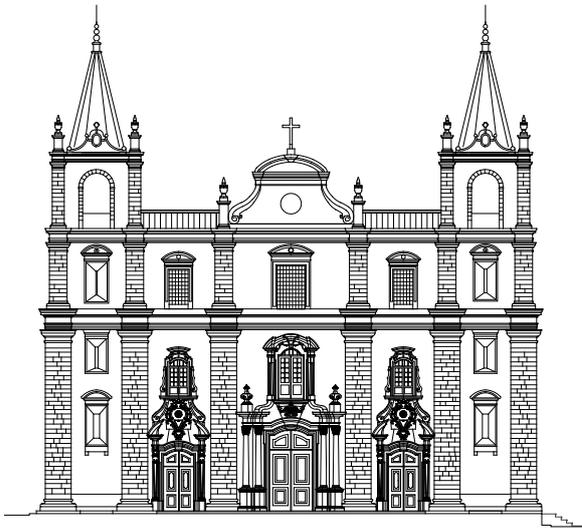
O alçado principal divide-se em três panos através das pilastras sendo composto no nível inferior pelo mesmo número de portas encimadas por balcões e janelas de decoração barroca¹³⁶, decorrentes das remodelações que sofreu. O portal central é ladeado por pares de colunas coríntias em mármore e ostenta uma inscrição com a data da reconstrução da fachada – 1795, e os portais laterais são constituídos por frontões interrompidos sobre os vãos das portas. Um segundo nível de janelas de frontão curvo sobrepõe-se a este introduzindo no interior maior iluminação. À medida que se sobe em altura, até ao coroamento em forma de pináculo, as pilastras e seus remates diminuem progressivamente de escala.

O remate acima da cimalha, com balaustradas falsas a ladear ático curvo, com volutas, que serve de apoio à cruz, apresenta também gosto posterior ao da construção quinhentista. É possível que uma parte dos acabamentos altos tenha sido construída nos séculos XVII e até mesmo XVIII, a olhar para os frontões recortados que unem os pináculos das torres, bastante idênticos aos verificados no claustro (1726).

As fachadas laterais da Sé portalegrense são marcadas por pilastras entre as quais se abrem óculos na zona correspondente as capelas laterais, e janela e porta de acesso no pano do transepto. Do lado norte está edificado o Paço episcopal com ligação interior à Sé, enquanto que a sul o alçado está parcialmente obstruído pelo claustro.

A catedral de Portalegre emite uma imagem nitidamente mais diocesana que a de Leiria, e de cariz mais impressionante que as de Miranda do Douro ou Goa (finais do século XVI e 1630), igualmente articuladas por torres.

¹³⁶ A catedral de Portalegre sofreu acrescentos e modificações na fachada principal, torres e fachadas laterais, essencialmente nos remates superiores, no século XVII.



31. Levantamento da fachada da Sé de Portalegre (esc. 1/500).



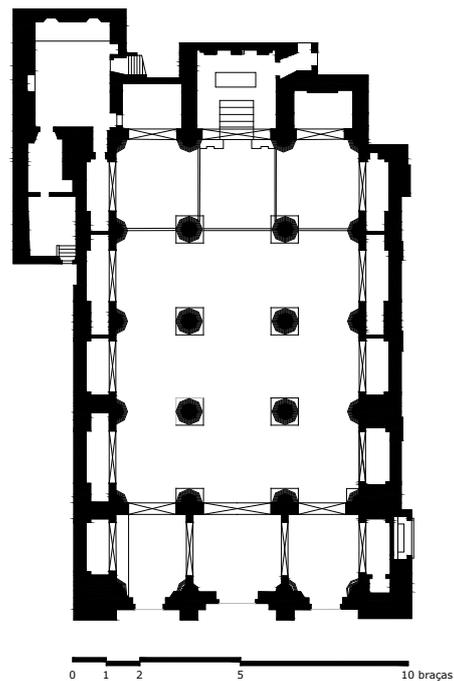
32. Gravura de Serlio, Livro V (1547).



33. Fachada da catedral de Goa.



34. Fachada da igreja de Santo Antão de Évora.



35. Planta da igreja de Santo Antão de Évora, 1557 (esc. 1/500)

Paulo Varela Gomes defende a hipótese da fachada portalegrense ter sido elaborada com base num modelo de Serlio¹³⁷, inspirado nos projectos de Rafael para a fachada de S. Pedro de Roma (1518), e publicado pela primeira vez em Paris, em 1547, data provável da elaboração dos projectos catedralícios na corte.

De um modo geral, as principais diferenças residem na introdução de mais um piso no corpo central da igreja portuguesa, que corresponde no interior ao espaço das abóbadas, e no facto das torres serem mais esguias e elevadas, comportando na vertical três níveis, em vez dos quatro que apresenta o modelo serliano.

O remate em frontão triangular, apresentado por Serlio, dificilmente se conseguiria transpor directamente para Portalegre, dada a cobertura à mesma altura das três naves, o que justifica alguma indefinição nestas obras que acabaram por ser resolvidas posteriormente. Também os campanários, na sua forma e linguagem, têm uma diferente leitura do tratamento dos vãos, mais rudes e de um cariz quase militar nas torres da Sé. Neste ponto, as três janelas do segundo nível do corpo principal portalegrense apresentam um desenho bem mais renascentista.

Mas o que parece mais relevante é a interpretação do uso deste arquétipo em Portugal. Nesse sentido, Varela Gomes destaca o facto do modelo de Serlio ter permitido responder ao “objectivo tipológico e simbólico moderno” da presença de torres na fachada catedralícia, compreendido como sugestão concreta pelos arquitectos portugueses do século XVI¹³⁸.

Segundo o mesmo historiador, o templo de Portalegre introduziu uma nova abordagem da fachada: embora de carácter experimental, conjugando formas medievais e renascentistas, anuncia as fachadas civis do século XVII. Foi o primeiro passo para a “«invenção» tipológica” da fachada de S. Vicente de Fora¹³⁹ e o exemplo adoptado por várias construções alentejanas na segunda metade do século XVI, das quais se destaca a Igreja de Santo Antão de Évora (1557).

Documentadamente de Miguel de Arruda¹⁴⁰, a igreja de Évora aproxima-se da arquitectura episcopal de Portalegre, constatando-se, para além da introdução de capelas

137 GOMES, Paulo Varela – “Fachadas de Igrejas Alentejanas entre os séculos XVI e XVII”. In *Penélope* 6(1991), p. 25.

138 GOMES, Paulo Varela – *Pré-réforme, réforme catholique et architecture. Les cathédrales portugaises du XVIe siècle: type, langage et partition de l'espace*. [...], 2009, p. 19. Texto gentilmente cedido pelo autor.

139 GOMES, Paulo Varela – *Op. cit.* na nota 137, p. 26.

140 Na carta de 7 de Fevereiro de 1548, endereçada a Frei Brás de Barros sobre as obras de Alcobaça, D. João III diz de Miguel de Arruda que “ele há-de ir a Évora, porque mo mandou pedir ao Cardeal para a obra que manda fazer na igreja de Santo Antão” (documentação apresentada por Reynaldo dos Santos). *Apud* RUÃO, Carlos – *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal: 1550-1640*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, Vol. 2, p. 74.



36. Espaço interno do claustro da Sé de Portalegre.



37. Ala sul do claustro.



38. Relação exterior entre transepto da Sé e edifício do Paço episcopal.



39. Paço episcopal e arco do bispo (Porta do Crato) vistos de fora da muralha, 1963.



40. Capela-mor de Portalegre, com tribuna alta acedida directamente através do Paço dos bispos.

laterais permitindo a entrada de luz e do tratamento “chão” do alçado, um esquema de proporções em planta idêntico¹⁴¹. A diferença essencial reside no interior onde a coluna jónica é usada em detrimento do pilar no suporte do tecto à mesma altura – apesar de utilizar elementos modificados não é uma igreja renascentista.

Claustro/Paços Episcopais

O claustro de Portalegre, mandado construir por D. Álvaro de Noronha (b. 1711-1737) por volta de 1720, foi concluído no final do século XVIII por D. Manuel Tavares (1777-1798) e está encravado na muralha da cidade, a sul da Sé, por ter sido esta a implantação possível. Esta localização já estaria prevista em 1619, quando Sotto Maior sobre a catedral afirma: “Tem mais outras portas, uma pera o norte, outra pera onde há-de ser a claustra”¹⁴².

De planta quadrada, tem apenas um piso, contrariamente ao que acontece no caso de Leiria e no que se passaria no claustro do Paço mirandês. O claustro apresenta arcadas plenas suportadas em pilares quadrados que assentam directamente no solo. O desenho geral é sóbrio, com recurso a espelhos e fogaréus barrocos acima do nível da cobertura.

A crasta de Portalegre, que na sua ala sul viu anexar-se a sala do cabido, permite o acesso à cobertura, feito através das escadas junto à entrada no transepto, e à cisterna que se localiza por baixo do pátio, tal como aconteceria no claustro do paço episcopal de Miranda. O claustro serviu ainda durante muito tempo de cemitério, o que ainda hoje se constata pela numeração das pedras que constituem o seu pavimento.

Segundo Paulo Pereira, “pelas suas características de verdadeiro claustro constitui, nesta época tardia em que se constroem essencialmente pátios, mais ou menos utilitários, exemplo incomum entre nós”¹⁴³.

Do complexo religioso faz parte também o Paço episcopal agregado às traseiras da cabeceira, do tempo de Frei Amador Arrais (1581-1596), e que terá sido construído no enfiamento da rua do Município no final do século XVI, e onde se supõe que terá trabalhado João Vaz em 1589¹⁴⁴. O mesmo bispo terá fundado ainda o antigo seminário (1590), localizado a norte da Sé, e que até há pouco tempo servia de museu.

O edifício do Paço, que permitia a comunicação directa com a tribuna da capela-mor, terá sido posteriormente restaurado e ampliado no século XVIII.

141 PEREIRA, Paulo – “A «traça» como único princípio: reflexão acerca da permanência do gótico na cultura arquitectónica dos séculos XVI e XVII”. In PEREIRA, José Esteves – *Estudos de arte e história: homenagem a Artur Nobre da Gusmão*. Lisboa, 1995, p. 193.

142 SOTTO MAIOR, Diogo Pereira – *Op. cit.*, p. 62.

143 PEREIRA, Paulo e RODRIGUES, Jorge – *Portalegre*. Lisboa, 1988, p. 49.

144 RUÃO, Carlos – *Op. cit.*, Vol.1, p. 308.